



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

1 **ATA DA SEXCENTÉSIMA NONAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO**  
2 **CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE**  
3 **FEDERAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE**  
4 **2016.**

5 Às oito horas e quarenta minutos do dia vinte e seis de setembro de dois mil e dezesseis,  
6 realizou-se, no Auditório do Bloco Didático I da Universidade Federal de Mato Grosso, a  
7 sexcentésima nonagésima quarta sessão ordinária do Conselho de Ensino, Pesquisa e  
8 Extensão da Universidade Federal de Mato Grosso que, após convocação prévia, contou  
9 com a presença da Presidente Maria Lúcia Cavalli Neder e dos conselheiros: Adalmar  
10 Rosana de Pinho Furtado, Adenil da Costa Claro, Alessandro Vitor S. S. Andreani, Alex  
11 Zopeleto da Silva, André Krindges, Antonio César dos Santos, Beleni Saléte Grandó,  
12 Carlos Alberto de Souza Gondin, Carlos Cesar Breda, Carmem Torres Guedes, Cinthia  
13 Serenotti Brigante, Cláudia Tasso Calil, Deijanira Alves de Albuquerque, Eber Luiz  
14 Capistrano, Edmilson dos Santos Almeida, Elisabeth Aparecida Furtado Mendonça,  
15 Elisete Maria Carvalho Silva Furtado, Eralci Moreira Terezio, Eunice Pereira dos Santos  
16 Nunes, Fernando Nogueira de Lima, Guilherme Ribeiro Alves, Irene Cristina de Mello,  
17 Irene Kreutz, Ivairton Monteiro Soares, Joanis Tilemahos Zervoudakis, João Henrique G.  
18 Scatena, Leila Cristina Oliveira Silva, Leny Caselli Anzai, Lindinalva Zagoto Fernandes,  
19 Marcelo Antonio Theodoro, Marluce A. Souza e Silva, Marluce de Oliveira Machado  
20 Scaloppe, Marcia Santos Ferreira, Marcus Silva da Cruz, Mario Mateus Sugisaki, Nielsen  
21 Cassiano Simões, Paulo Afonso Rossignoli, Paulo Silva Ribeiro, Pedro Luiz Reis Crotti,  
22 Rogério Junqueira Prado, Romilda Gonçalves Machado, Rosaline Rocha Lunardi, Sérgio  
23 Pereira Maiolini, Suely Dulce de Castilho e Vinicius Santos Fernandes, tendo como  
24 convidada a Pró-Reitora de Assistência Estudantil Myrian Thereza de Moura Serra, com a  
25 justificativa de ausência dos(as) conselheiros(as): Aguinaldo Rodrigues Gomes, José  
26 Ricardo de Souza, Luís Fabrício Cirillo de Carvalho, Jaime Alfredo Dexheimer Leite e  
27 Zaira Moraes S. H. Mendoza. Continuando, a pauta foi aprovada, por unanimidade, com a  
28 retirada do Processo nº 116/16-CONSEPE - Consepe, a pedido do presidente da Câmara  
29 de Graduação. Em seguida, a presidente colocou em apreciação a ata da sexcentésima  
30 nonagésima terceira sessão do Consepe, encaminhada por meio eletrônico a todos os  
31 conselheiros, que foi aprovada, sem emendas, com uma abstenção. A seguir, a Presidente  
32 empossou a conselheira discente Carmem Torres Guedes, representante do câmpus do  
33 Araguaia, conforme Ofício nº 54/DCE/CUA/2016, com mandato de um ano, conforme  
34 Resolução CONSEPE Nº 99/16. Continuando empossou o conselheiro Carlos Alberto de  
35 Souza Gondim, representante da Faculdade de Agronomia e Zootecnia do câmpus  
36 Universitário de Cuiabá, com mandato de dois anos, a contar desta data. Em seguida,  
37 empossou o discente Vinicius Santos Fernandes em substituição ao conselheiro Guilherme  
38 Ramos Teodoro para compor o Consepe, com mandato até 19 de outubro de 2016,  
39 conforme Resolução CONSEPE Nº 104/16. Prosseguindo, a Presidente Maria Lucia  
40 manifestou que não poderia terminar sua gestão sem apresentar um relatório do período de  
41 2008 a 2016, destacando uma síntese da gestão nesse período, ressaltando, primeiramente,  
42 que foi uma honra presidir o CONSEPE e que com base nos princípios e nas diretrizes  
43 construídas com a comunidade, realizou uma gestão centrada na ação coletiva,  
44 democrática, buscando o envolvimento dos segmentos que compõem a UFMT, docentes,  
45 técnicos, estudantes e a sociedade e considerou que foi uma gestão muito exitosa, sendo  
46 comprometida aos princípios da gestão “A UFMT é você” e “a UFMT somos todos nós”.

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

47 Destacou o compromisso com a inclusão social, conseguindo aprovar a lei das cotas e com  
48 o ENEM a democratização do acesso à UFMT e a política de expansão das universidades.  
49 A Presidente reforçou o comprometimento da equipe, dos Conselhos, docentes, servidores  
50 técnicos-administrativos e alunos, partícipes do resultado e de uma gestão muito exitosa.  
51 Registrou o avanço quantitativo na graduação de 71 para 106 cursos presenciais e a  
52 expansão qualitativa, com índice geral dos cursos, aferido pelo MEC, era nota três, em  
53 2008 e, desde 2010, mantém a nota 4, em escala de um a cinco. Ao longo desse período, a  
54 UFMT saltou de 77ª colocação para 34ª no ranking Universitário do Jornal Folha de São  
55 Paulo. Na pós-graduação em 2008 a UFMT contava com 24 cursos stricto sensu, sendo  
56 três cursos de doutorado. Em 2016, encontram-se em funcionamento 60 cursos dos quais  
57 44 mestrados e 16 doutorados, totalizando 2,210 estudantes matriculados, um aumento de  
58 169,8% em relação a 2008 e a elevação qualitativa dos cursos com notas 4 ou 5, avaliando  
59 que a elevação da qualidade e avanço da pós-graduação deve-se ao crescimento dos  
60 grupos de pesquisas e de produção científica, ao empenho das coordenações dos  
61 programas e dos professores credenciados, aos técnicos administrativos envolvidos com os  
62 programas e a com a PROPG. A Presidente citou também a contratação de 1400 novos  
63 professores, destes 800 com doutorado e 1300 técnicos administrativos. Quanto a  
64 assistência estudantil foi criada, inicialmente, uma coordenação de Articulação com  
65 Estudantes e em 2012 transformada na Pró-Reitoria de Assistência Estudantil com a  
66 responsabilidades de propor e implementar políticas de assistência estudantil, de ações  
67 afirmativas, de inclusão e de acessibilidade para garantir o acesso e a permanência dos  
68 estudantes na UFMT. Registrou a reforma e duplicação do Restaurante Universitário em  
69 Cuiabá e a construção de um RU nos câmpus de Rondonópolis, Sinop e Barra do Garças,  
70 que atendem a uma demanda de 4,5 mil refeições/dia, sendo também, destinados R\$  
71 30.000.000,00 para a assistência estudantil, que em 2008 assistiu 2.537 estudantes e em  
72 2016 aproximadamente 4700 estudantes. Continuando, a Presidente manifestou sobre a  
73 criação da Secretaria de Tecnologia e Informação, em 2008, que trouxe a modernização do  
74 sistema de rede e substituição da rede lógica, reformas da rede de telefonia nas unidades  
75 do interior e a contribuição no suporte ao ensino, pesquisa e extensão. Seguindo, a  
76 Presidente também destacou a criação da Secretaria de Articulação e Relações  
77 Institucionais com a finalidade de promover e intensificar a relação da UFMT com órgãos  
78 públicos e privados para desenvolvimento de projetos no âmbito das competências da  
79 universidade e que tenha foco no desenvolvimento econômico e social da região,  
80 desenvolvendo projetos e ações integradas da saúde e a realização de exames e concursos.  
81 A Secretaria de Relações Internacionais foi criada para proporcionar a expansão da  
82 internacionalização da UFMT, desenvolvendo políticas, sendo que entre 2008 a 2011 ao  
83 todo 76 alunos da graduação se encontravam em mobilidades estudantil e a partir de 2012  
84 houve uma média de 120 intercâmbios na modalidade graduação sanduiche no exterior  
85 por ano. No tocante a pesquisa, a Presidente registrou um avanço com 1200 projetos em  
86 andamento e 137 com recursos captados e um crescimento de 189,4% entre 2008 a 2016,  
87 o número de estudantes de iniciação científica, por voluntariado, cresceu de 183 para 404,  
88 salientando a importância para a instituição no incremento de registros de patentes e da  
89 necessidade de avançar nos projetos junto à sociedade civil organizada. A seguir, registrou  
90 o forte avanço na capacitação para servidores e da importância da aprovação da resolução  
91 do Consepe que permite a oferta de vagas extras nos cursos de pós-graduação para  
92 servidores. Em seguida, entregou um relatório de gestão do período de 2008-2016 e

*ESM*  
✓



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

93 agradeceu aos conselheiros que nunca faltaram na aprovação das políticas e reconheceu  
94 publicamente a importância dos Conselhos Superiores. Disse que termina o mandato feliz  
95 pela oportunidade que teve de criar uma universidade livre, aberta e popular e solicitou a  
96 todos apoio à gestão da professora Myrian Serra. Prosseguindo a pauta, o conselheiro  
97 Paulo Ribeiro apresentou seu voto de vistas ao processo Nº 89/15-CONSEPE, que dispõe  
98 sobre proposta de Programa de Ação Afirmativa para estudantes quilombolas observando  
99 em seu relato que, considerando os argumentos apresentados pelo conselheiro Pedro  
100 Crotti, no que se refere ao processo seletivo e na manutenção na UFMT dos estudantes das  
101 comunidades quilombolas, solicitou informações sobre as rubricas orçamentárias e valores  
102 alocados para o processo seletivo e para o programa de bolsas-permanência para o  
103 PROINQ, sendo informado pela CAE que a rubrica está alocada no Programa Nacional de  
104 Assistência Estudantil no valor de R\$ 185.790,00 e para o programa de bolsa no valor de  
105 R\$ 900,00 por aluno. Dessa forma, o conselheiro Paulo Ribeiro apresentou seu voto pelo  
106 deferimento da solicitação da requerente pela criação do Programa de Ação Afirmativa  
107 para Estudantes Quilombolas para o período de 2017/2027, e sugeriu que seja apresentado  
108 ao CONSEPE relatórios de acompanhamento a cada dois anos para análise. O conselheiro  
109 Paulo Ribeiro também apresentou, a pedido do conselheiro Carlos Gondin, manifestação  
110 do Departamento de Fitotecnia contra a aprovação do programa. Em discussão, o  
111 conselheiro Carlos Breda manifestou perguntando se esses alunos não são beneficiados  
112 pelos programas de cotas, juntamente com os alunos de escolas públicas e negros,  
113 entendendo que se não conseguiram o acesso à universidade, isso indica deficiência no  
114 ensino básico e baixa capacidade de aprendizado e lembrou as dificuldades para  
115 acolhimento dos alunos indígenas que procuravam as coordenações dos cursos solicitando  
116 apoio para moradia e outros, e sugeriu que esses alunos fiquem três anos cursando  
117 adaptação de disciplinas básicas no campus de Cuiabá e somente depois ingressarem nos  
118 cursos de graduação. O conselheiro Vinícius Fernandes defendeu que a universidade tem  
119 que assumir uma responsabilidade histórica com esses povos remanescentes de  
120 escravizados, que ajudaram a construir com sangue e suor este país, sem sequer ter acesso  
121 ao ensino básico da educação e que a universidade precisa rever seus currículos para tratar  
122 iguais de formas iguais e diferentes de formas diferentes, defendendo a aprovação da  
123 proposta que é a oportunidade de assumir a responsabilidade histórica de 500 anos,  
124 garantindo a permanência desses alunos na universidade. Seguindo, a conselheira Rosaline  
125 Rocha Lunardi observou que no que cabe às políticas afirmativas é uma ação política  
126 afirmativa, manifestando que gostaria de ter os quilombolas e registrou, ainda, que a ação  
127 Pró-Índ foi enriquecedora, no entanto, para os cursos da área de saúde, ressaltou que onde  
128 cabem 30 alunos não cabem 32, porque para cada dois alunos a mais é necessária a  
129 contratação de dois professores, ponderando que para que ocorra uma política afirmativa  
130 tem que existir na instituição uma sustentabilidade política para atender a ação e executá-  
131 la com qualidade. O conselheiro Marcus Cruz manifestou sobre sua experiência no  
132 PARFOR e sobre o pequeno apoio da Secretaria do Estado de Educação ao programa. Em  
133 seguida, observou que nos últimos 10 anos a UFMT e Secretaria do Estado poderiam ter  
134 criado mecanismos para que os estudantes quilombolas tivessem formação com qualidade  
135 para permitir o acesso à UFMT e disse que o relatório do programa ao CONSEPE tem que  
136 ser analisado sempre de dois em dois anos. Em continuidade, a conselheira Beleni Grando  
137 informou sobre a realização do SemiEdu com três mil participantes; seguindo, teceu  
138 considerações sobre a proposta de sobrevagas para os quilombolas e argumentou que a

*Ela*

*J*

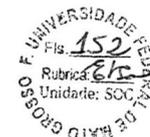


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

139 universidade não é uma ilha, que se a universidade avança, a sociedade avança,  
140 considerando que não é pela higienização dos corpos que se produz vida e conhecimento,  
141 e sugeriu que todo curso precisa trabalhar a história do corpo. Quanto à questão da  
142 aprendizagem, disse que esta não é cumulativa, é pela acolhida que se aprende,  
143 salientando que a universidade deve criar vagas na pós-graduação para negros e indígenas,  
144 justamente porque as cotas deram certo, destacando a indígena que já concluiu o mestrado  
145 na UFMT. A conselheira Suely disse que é pesquisadora dos quilombos contemporâneos,  
146 ressaltando que estes povos não são indivíduos isolados, vivem em sociedade e possuem  
147 todas as competências de qualquer indivíduo, entendendo que a falta de oportunidade é  
148 que faz com que não estejam entre nós. O conselheiro Rogério Junqueira advertiu sobre a  
149 desistência dos alunos e sugeriu levar a universidade para os quilombos para que estas  
150 barreiras sejam menores. Continuando, a pró-reitora de Assistência Estudantil Myrian  
151 Serra afirmou que a proposta da PRAE não está pautada na dificuldade de aprendizagem  
152 ou em reparação histórica, a proposta está fundamentada nos princípios das ações  
153 afirmativas étnicas, iniciada com o programa indígena e agora a proposta para os  
154 quilombolas, reconhecendo que Mato Grosso é o terceiro estado em povos indígenas e  
155 quarto em quilombolas, não tendo como pensar numa UFMT, com 46 anos, sem acolher  
156 os quilombolas e que é oportunidade para a UFMT pensar um novo saber, baseado na  
157 interculturalidade. Este momento permite também à universidade, refletir o porquê  
158 estamos aqui e também refletir sobre evasão. O acolhimento deve ser uma preocupação  
159 para os 6 mil estudantes que ingressam todo ano, não só a preocupação com indígenas ou  
160 com 10 quilombolas, ponderando que a UFMT, a universidade da selva, foi criada para  
161 garantir o desenvolvimento regional e nesse contexto, deve-se acolher esses povos e  
162 considera importante a sugestão de acompanhamento desta política pelo CONSEPE,  
163 porque este também é o entendimento da PRAE e ponderou que a ação afirmativa é um  
164 direito reconhecido e é papel de cada um, na UFMT, reconhecer, entender e conviver com  
165 as diferenças. Concluindo, reafirmou que esta ação afirmativa é de natureza étnica e que a  
166 universidade precisa acolher essa população que vive em Mato Grosso. Seguindo, a pró-  
167 reitora Myriam agradeceu a parceria que foi disponibilizada pela SEDUC porque a PRAE  
168 quer construir um formato diferenciado para o processo seletivo, o qual deverá ocorrer nas  
169 escolas quilombolas e agradeceu a oportunidade, esperando finalizar esta gestão com a  
170 aprovação do acesso dos povos quilombolas na UFMT. Em seguida, a presidente Maria  
171 Lúcia considerou que a matéria já havia sido amplamente debatida e colocou em votação o  
172 voto do conselheiro Paulo Ribeiro favorável à aprovação do Programa de Ação Afirmativa  
173 para Estudantes Quilombolas, que foi aprovado por unanimidade, consubstanciando a  
174 resolução CONSEPE N°101/2016. Em seguida, a Presidente manifestou que a  
175 universidade sempre se preocupa que o aluno não tem conhecimento, que está  
176 higienizado, no entanto ele é atolado na lama da história por isso é necessário repensar os  
177 projetos pedagógicos para discutir o mérito com o aluno, filho de pais trabalhadores que  
178 não lêem, são semi-analfabetos, etc; devendo se aprofundar esta realidade e agradeceu a  
179 aprovação, porque este projeto era o único ponto de inclusão que faltava realizar na sua  
180 gestão. Em continuação, o conselheiro Alessandro registrou que o DCE aprovou nota de  
181 repúdio contra o ato de uma docente do curso de Medicina Veterinária do campus de  
182 Cuiabá, de discriminação de uma aluna em sala e cobrou da reitoria e da PRAE, ações  
183 para que estes atos não aconteçam mais e que sejam apurados e responsabilizados. A  
184 conselheira Irene Melo informou que o caso já chegou à PROEG e foi encaminhado para

ESB

X

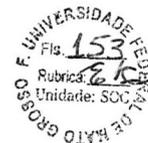


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

185 ouvir as partes. Prosseguindo, passou-se aos processos da câmara de pós-graduação tendo  
186 o conselheiro Joanes apresentado os processos N° 100, 119 e 120/2016-CONSEPE, que  
187 dispõem sobre pedidos de credenciamento de pesquisadores associados dos bolsistas  
188 Fabiana Francisca Macena, Ivan Vilela Andrade Fiorini e Fátima Teresinha Rampelotti  
189 Ferreira, respectivamente, cujos votos favoráveis do conselheiro Ivairton Monteiro Santos,  
190 foram aprovados, conforme decisões CONSEPE N° 45 à 47/16. Continuando, o  
191 conselheiro Marcelo Antonio Teodoro apresentou o processo N° 122/16 – CONSEPE, que  
192 dispõe sobre proposta de criação do curso de especialização lato sensu em gestão  
193 hospitalar para o SUS a ser ofertado pela Faculdade de Medicina no HUJM, cujo voto  
194 favorável foi aprovado por unanimidade, de acordo com a resolução CONSEPE N°  
195 102/16. A seguir, foram apreciados os seguintes processos da Câmara de Graduação: N°  
196 112/16 – CONSEPE, que dispõe sobre recurso do discente Paulo Bertan de Marchi  
197 Hanemann, contra decisão do Instituto de Biociências, sendo o voto da relatora,  
198 conselheira Marluce de Oliveira Machado Scaloppe, por não conhecer o presente processo  
199 e arquivamento do mesmo, o qual foi aprovado, com 39 votos favoráveis e duas  
200 abstenções, conforme decisão CONSEPE N° 48/2016. O processo N° 116/2016 –  
201 CONSEPE foi retirado de pauta a pedido da relatora, conselheira Zaira Moraes H.  
202 Mendoza. Continuando, a conselheira Adalmar Furtado, Presidente da Câmara de  
203 Graduação apresentou o relatório do conselheiro Guilherme Ribeiro Alves referente ao  
204 processo N°121/16 – CONSEPE, que dispõe sobre solicitação de alteração na Resolução  
205 CONSEPE N° 76/16, que aprovou a reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso de  
206 Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado nos artigos 2° e 3°, alterando de 2016  
207 para 2017, o período de implantação do referido projeto pedagógico. Em votação, o voto  
208 foi aprovado por unanimidade, conforme Resolução CONSEPE N° 103/16. Dando  
209 prosseguimento, foram apreciados os seguintes processos da Câmara de Pessoal Docente,  
210 apresentados pelo Conselheiro Marcus Cruz: processo N° 54/2016 – CONSEPE, que  
211 dispõe sobre solicitação de reenquadramento de Alberto Sanoja González, nos termos do  
212 edital N° 5/PROAD/SGP/2012, para a classe de adjunto II, tendo a relatora, Marluce  
213 Aparecida Souza e Silva, votado pelo indeferimento do pedido, que em votação foi  
214 aprovado com 40 votos favoráveis e 1 abstenção, de acordo com a Decisão CONSEPE N°  
215 49/2016. O Processo n° 105/16-CONSEPE, requerente Denize Cardoso Gonçalves, que  
216 dispõe sobre recurso contra a decisão da CPPD, referente progressão funcional do  
217 interstício de 2004 a 2006, votando favorável ao recurso, considerando a Resolução  
218 CONSEPE 80/1999, que foi aprovado por unanimidade consubstanciando a Decisão  
219 CONSEPE N° 50/16. Seguindo, o conselheiro Marcus Cruz relatou o Processo n° 106/16-  
220 CONSEPE, de interesse da docente Denize Dall’Bello, que solicita em grau de recurso,  
221 contra decisão da Congregação do Instituto de Linguagens – IL, que não homologou a  
222 autorização de afastamento do país da requerente. O relator apresentou seu relato, exarado  
223 em quatro laudas, esclarecendo que a requerente se afastou no período de 2013 a 2014  
224 para fazer estágio pós-doutoral, com afastamento devidamente aprovado pelas instâncias  
225 competentes. A requerente informa que, em 2013, iniciou curso de mestrado em Estudos  
226 de Teatro, junto a Universidade de Lisboa, tendo protocolado pedido de afastamento do  
227 país, para defesa do mestrado, em 31/03/16 e em 27/04/16 a congregação não homologa  
228 decisão do Colegiado de Departamento aprovada em 25/04/16, por meio da Decisão n°  
229 16/Congregação/IL, alegando que o processo não cumpre os prazos dispostos na  
230 legislação vigente. A Congregação do IL também determinou a Chefia do Departamento

ELS

X



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

231 de Letras, o acompanhamento das atividades da requerente e em caso de ausência da  
232 docente a comunicação as instâncias competentes para a tomada de medidas pertinentes.  
233 No mérito, o relator, considerando que não foram cumpridos os prazos estabelecidos pelas  
234 normas vigentes para autorização de afastamento do país, concordou com a Decisão da  
235 Congregação, votando pelo indeferimento do recurso da requerente. A conselheira  
236 Marluce Souza e Silva se posicionou dizendo que, se o processo continha erros não  
237 poderia inviabilizar o cumprimento do prazo de 10 dias antes da viagem (27/04/16),  
238 observando que o Colegiado devolveu o processo por duas vezes para correções que  
239 poderiam ter solicitado através de ligação a docente para colocar os documentos,  
240 entendendo que grande parte da responsabilidade do não cumprimento do prazo é  
241 institucional, do Colegiado de Curso. Seguindo, o conselheiro Eralci M. Terezio  
242 manifestou que não pode cercear o direito da docente defender a dissertação, sugerindo  
243 que a chefia de departamento poderia ter aprovado, *ad referendum*, e se verificaram erro  
244 de data poderia ter sido resolvido sem devolver o processo, para isso serve o bom senso,  
245 entendendo que o indeferimento do pedido pela Congregação parece perseguição. O  
246 relator Marcus Cruz esclareceu que, na inicial do processo, em nenhum momento, a  
247 requerente manifesta sobre perseguição e que na sua tramitação, o processo saiu do  
248 departamento de letras em 25/04 e foi apreciado na Congregação 27/04, ressaltando que a  
249 decisão do indeferimento foi embasada na legislação e reforçou seu voto de indeferimento  
250 do recurso, porque entende que o Consepe não deve manifestar contra uma decisão que  
251 lhe parece legal. A seguir, a Presidente Maria Lúcia manifestou que, do ponto de vista  
252 legal, a análise está correta, no entanto a professora já se ausentou para fazer a defesa e se  
253 o Consepe indeferir poderá abrir um PAD; entendendo que o excesso de burocracia mata a  
254 universidade, quando o chefe do departamento poderia ter chamado a professora  
255 imediatamente para corrigir o processo. A conselheira Adalmar Furtado manifestou que a  
256 decisão é uma preocupação, porque causa um entrave para a docente que solicitou apenas  
257 autorização para fazer sua defesa do mestrado e, se não estiver enganada, já estava um  
258 período de férias no calendário, e criando um problema para a requerente, uma vez que  
259 vão abrir um PAD. O conselheiro Marcus Cruz informou que está instaurado o PAD pela  
260 Portaria 1.666/16 para apurar a situação. O conselheiro Rogério Junqueira disse que por  
261 mais que entenda o lado da professora, o CONSEPE não pode esquecer que o PAD já está  
262 aberto e a situação se houve ou não comportamento errado, isso será averiguado no PAD,  
263 ressaltando que não cabe ao Consepe manifestar agora, deve respeitar a legislação e disse  
264 que vota pelo indeferimento do recurso, porque a congregação tinha que tomar a decisão  
265 que tomou. Ressaltou ainda, a importância do processo eletrônico que evitaria essas  
266 dificuldades. A seguir, a Presidente colocou em votação o voto do relator pelo,  
267 indeferimento do pedido, que foi rejeitado com 18 (dezoito) votos favoráveis, 21 (vinte e  
268 um) contrários e três abstenções, ficando deferida a solicitação da requerente,  
269 consubstanciando a Decisão CONSEPE Nº 51/2016. Seguindo, o conselheiro Marcus  
270 Cruz, vice-presidente da Câmara de Pessoal Docente, apresentou a decisão da Câmara de  
271 Pessoal Docente sobre o Processo nº 117/16-CONSEPE, de interesse do docente Jésus  
272 Franco Bueno, que solicita, em grau de recurso, revisão da decisão da CPPD, que  
273 indeferiu pedido de progressão funcional na classe de Adjunto, relatado pelo conselheiro  
274 Rogério Junqueira Prado, cujo relato exarado em 07 (sete) laudas e voto pelo  
275 indeferimento do pedido, considerando que as progressões do requerente foram realizadas  
276 de acordo com as normas internas desta IFES, Resoluções 01/92, modificada pela

*ERSC*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

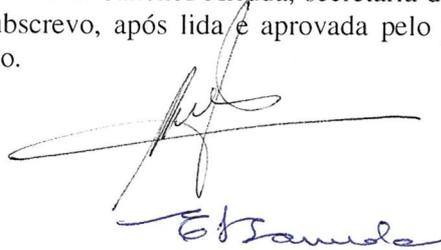
277 Resolução 06/93 e as normas superiores em vigor, que em votação, cujo voto foi  
278 aprovado, por unanimidade, consubstanciando a Decisão CONSEPE Nº 52/16.  
279 Prosseguindo, os Processos nºs 109, 110 e 114/16-CONSEPE, requerentes Ana Cristina  
280 Lobo Sousa/ICHS/CUR, Faculdade de Direito e Edson Caetano/Departamento de Teoria e  
281 Fundamentos, respectivamente, que dispõem sobre aprovação extemporânea os planos  
282 Anuais de Qualificação para o ano de 2016, cujos votos favoráveis do conselheiro Paulo  
283 Ribeiro, foram aprovados, por unanimidade, conforme Decisões CONSEPE Nºs 53 a  
284 55/16. Prosseguindo, a conselheira Irene Melo informou que considerando a decisão deste  
285 Conselho, a PROEG elaborou um edital especial com 348 vagas para preenchimento de  
286 vagas nos cursos de graduação por meio de transferências, informando que não estão  
287 inseridos os cursos anuais e nem os cursos de dos câmpus de Barra do Garças e Sinop. Em  
288 votação, o plenário aprovou por aclamação a publicação do referido edital. Continuando, o  
289 conselheiro Marcus Cruz apresentou o relatório da Comissão constituída pela Decisão  
290 CONSEPE Nº 24/2016, para elaboração de cronograma e discussão das atividades  
291 docentes na UFMT, sendo realizadas audiências públicas e Seminário e, a partir dessas  
292 discussões, foram elaborados princípios fundamentais norteadores para uma minuta de  
293 resolução em substituição a Resolução 158/10 e solicitou o prazo de mais 30 dias para  
294 concluir a minuta e encaminhar aos conselheiros. A Pró-Reitora Myrian Serra solicitou a  
295 sua substituição na coordenação da comissão, sendo indicado o conselheiro Marcus Cruz.  
296 Seguindo, em assuntos gerais, o conselheiro Edmilson dos Santos Almeida informou que  
297 o DCE/CUR também aprovou nota de repúdio ao fato ocorrido no campus de  
298 Rondonópolis, denunciada pela aluna do curso de Psicologia contra um docente,  
299 afirmando que acompanhará este processo e sugeriu a necessidade de uma discussão sobre  
300 todo tipo de violência e de que forma a universidade pode acolher as vítimas. A Presidente  
301 Maria Lucia disse que tem acolhido toda denúncia e teceu considerações sobre a  
302 responsabilidade para se conduzir um processo de PAD, até seu julgamento. O conselheiro  
303 Alessandro observou que hoje foram apresentadas duas notas de repúdio às agressões  
304 contra estudantes que devem ser apuradas e compreende que todos têm direito à ampla  
305 defesa e que, mais que apurar as denúncias, as notas têm função de mostrar o que está  
306 acontecendo na universidade. Seguindo, o cons. Alessandro agradeceu a reitora Maria  
307 Lucia e ao reitorado pelo diálogo que manteve com os alunos no seu mandato e agradeceu  
308 a todos conselheiros, registrando que participar do Conselho é um grande aprendizado e  
309 satisfação. A Presidente agradeceu ao conselheiro Alessandro, ressaltando que nos anos de  
310 sua gestão contou sempre com um DCE atuante e propositivo, com estudantes atuantes,  
311 comprometidos, mas respeitosos. O conselheiro Rogério Junqueira também parabenizou a  
312 Presidente e pró-reitores pelo trabalho nesses oito anos. As conselheiras Irene Melo e  
313 Leny Anzai também agradeceram a Presidente Maria Lucia pela confiança nelas  
314 depositada, pelo apoio do CONSEPE para aprovações das resoluções relativas à PROEG e  
315 PROPG. A Pró-Reitora Myrian Serra agradeceu ao CONSEPE que a acolheu e que  
316 participou como convidada, devido a definição estatutária e registrou que o  
317 desenvolvimento da UFMT nesses 8 anos se deve ao perfil da reitora, que sempre permitiu  
318 esse desenvolvimento por parte dos pró-reitores e agradeceu o apoio e confiança. A seguir,  
319 a Presidente Maria Lucia Cavali Neder registrou os avanços na parte de infraestrutura com  
320 215 obras, sendo 128 novos prédios, construção do campus de Várzea Grande, salientando  
321 que por mais que o momento no país e a conjuntura favorável colaboraram, entende que  
322 na sua gestão houve um comprometimento muito forte da equipe e agradeceu

212



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

323 profundamente a todos pró-reitores, secretários e assessores e disse ao CONSEPE tem que  
324 pensar nas políticas, nos princípios, para o reitor ter um norte, por isso o CONSEPE tem  
325 que pensar em mudanças, avançar mais. E despediu-se agradecendo por todo apoio. Nada  
326 mais havendo a ser dito e nem tratado, a Presidente encerrou a sessão, sendo lavrada esta  
327 ata por mim, Elenir Motta Sanches Arruda, secretária dos Órgãos Colegiados Superiores,  
328 que a escrevi e subscrevo, após lida e aprovada pelo plenário do Conselho de Ensino,  
329 Pesquisa e Extensão.



E. Sanches